



**9º Encontro Internacional de Política Social**  
**16º Encontro Nacional de Política Social**  
Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises  
Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

---

Eixo: Classe social, gênero, raça, etnia e diversidade sexual.

**Como a pandemia de COVID-19 afetou a vida de mulheres discentes?: um estudo realizado na Universidade de Brasília**

**Larissa Lorranny Magalhães Lima<sup>1</sup>**  
**Hayeska Costa Barroso<sup>2</sup>**

**Resumo:** Esta pesquisa objetiva responder à seguinte pergunta norteadora: Como a pandemia afetou a vida das mulheres discentes na Universidade de Brasília? Para tal, aborda a pandemia na vida destas mulheres como uma realidade atravessada pela divisão sexual do trabalho e pelo debate acerca da inserção das mulheres na ciência. Trata-se de uma pesquisa de natureza quanti-qualitativa, em que foram realizadas pesquisas do tipo bibliográfica, documental e de campo. A coleta de dados empíricos se deu por meio de questionário on-line respondido por 46 participantes, e entrevista do tipo semi-estruturada realizada com 04 discentes da UnB. Os resultados apontaram para a sobrecarga das estudantes em virtude da pandemia, tendo como consequência menos tempo dedicado à universidade neste período.

**Palavras-chave:** Pandemia. Divisão Sexual do Trabalho. Mulheres na Ciência.

**How did the COVID-19 pandemic affect the lives of women students?: a study at the University of Brasilia**

**Abstract:** This research aims to answer the following guiding question: How did the pandemic affect the lives of female students at the University of Brasília? To this end, it addresses the pandemic in the lives of these women as a reality crossed by the sexual division of labor and the debate about the insertion of women in science. This is a quantitative and qualitative research, in which bibliographical, documental and field researches were carried out. The collection of empirical data took place through an online form answered by 46 participants, and a semi-structured interview carried out with 04 UnB students. The results pointed to the overload of students due to the pandemic, resulting in less time dedicated to the university during this period.

**Keywords:** Pandemic. Sexual Division of Labor Women in Science.

## **INTRODUÇÃO**

O mundo tomou conhecimento de uma nova doença, até então ainda não identificada em humanos, na cidade chinesa de Wuhan, no final do ano de 2019. Tratava-se, na verdade, de um coronavírus, o SARS-CoV-2, causador da COVID-19. O crescimento do número de pessoas infectadas se deu de forma exponencial. Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de pandemia causada pelo novo vírus. Naquele momento, as principais medidas para contenção do vírus eram o isolamento e o distanciamento social, que repercutiram direta e imediatamente no

---

<sup>1</sup> Universidade de Brasília (UnB). E-mail: larissamagalhaes2@outlook.com.

<sup>2</sup> Universidade de Brasília (UnB). E-mail: hayeska.barroso@unb.br.

mundo do trabalho remunerado e não remunerado, nos setores formal e informal, com destaque para os impactos sofridos mais fortemente neste último, dada a ausência das proteções aprofundadas pela previdência social vinculadas à carteira de trabalho assinada.

Segundo a Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2019), 41,3% da população ocupada está no trabalho informal. Aplicando um recorte de gênero, o trabalho informal representa 42% do trabalho feminino, enquanto simboliza 20% do masculino. Portanto é notável como os efeitos da pandemia perpassam as desigualdades de gênero, sendo as mulheres particularmente impactadas. Esta conjuntura expressa a separação e a hierarquização do trabalho conforme a divisão sexual do trabalho, que reserva às mulheres a esfera reprodutiva e aos homens a produtiva, em que as relações são fundadas na exploração e opressão dos homens sobre as mulheres (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Durante este período, o país estava sob o comando de um governo de feições-conservadoras, sendo as universidades públicas e o mundo acadêmico-científico dois dos principais alvos de uma política institucionalizada de combate à ciência e de negacionismo. Neste contexto, "os desafios postos em evidência pela pandemia são, além de sanitários, socioeconômicos, políticos, científicos, culturais, éticos, acentuados profundamente pelas desigualdades entre países e regiões" (MATTA et al., 2021).

Diante disso, a presente pesquisa tem como objetivo geral investigar as principais transformações nas tarefas de cuidado e trabalho doméstico não remunerado durante a pandemia na vida das mulheres discentes na Universidade de Brasília. Os objetivos específicos, por sua vez, são: 1) analisar como estas mulheres percebem o impacto da pandemia no seu desempenho acadêmico e profissional; e 2) compreender como a pandemia impactou suas vivências em relação ao mundo do trabalho.

Para tanto, a abordagem utilizada foi a quanti-qualitativa, realizada por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Um dos instrumentos de coleta de dados utilizado foi o questionário on-line, o qual contava com perguntas abertas e fechadas. O referido instrumento foi divulgado através de mídias sociais entre os meses de agosto e setembro de 2022, durante o semestre de retomada das atividades presenciais na Universidade de Brasília. O questionário foi respondido de forma anônima, sem precisar de qualquer tipo de identificação por parte das respondentes. A última pergunta do questionário se tratava de uma consulta à respondente sobre seu interesse em participar

de outra fase da pesquisa: as entrevistas semi-estruturadas. As entrevistas foram realizadas de forma remota, por meio da Plataforma Teams, sendo preservada às participantes a escolha de ligar a câmera ou não. Antes da realização das entrevistas, foi aplicado um pré-teste com 3 voluntárias com o objetivo de formular o tempo médio de resposta aos questionamentos, bem como identificar inconsistências e/ou fragilidades no instrumental.

Destaca-se, ainda, que para responder ao questionário, as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, para declaração do seu consentimento em participar da pesquisa. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) tem por objetivo propiciar aos participantes extenso esclarecimento sobre a investigação, seus riscos e benefícios, para que a sua participação seja, de fato, livre e consciente. Ressalta-se que foram elaborados dois TCLE: um para o questionário, e outro para a entrevista.

## **DESENVOLVIMENTO**

Os impactos produzidos pela pandemia são diversos, em várias camadas e setores do país. O Ensino Superior, por exemplo, foi um campo impactado e transformado no período pandêmico. Anterior a esta crise, a educação superior no Brasil já vinha sendo atacada, tendo sido contingenciados 30% do orçamento das universidades federais no que se refere às verbas destinadas para custeio de água, limpeza, bolsas de auxílio a estudante, entre outros. Para Mancebo (2020), a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 representou uma política para além de neoconservadora, mas também semifascista. As universidades e o mundo acadêmico-científico foram alvos a serem abatidos neste contexto. Era nesta situação que se encontrava a educação superior brasileira antes da pandemia, a qual inaugurou uma realidade em que a presencialidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão foram, em grande medida, substituídas para a modalidade de ensino remoto (dito, emergencial), inclusive nas instituições privadas. As Universidades Públicas, ao adotarem o ensino remoto, evidenciaram a desigualdade que há muito se vivencia no país. Para a efetivação do ensino remoto, é necessário equipamento tecnológico e acesso à internet. Muitos estudantes que não dispunham de tais ferramentas foram prejudicados neste período.

No primeiro semestre de 2020, a Universidade de Brasília decidiu suspender as aulas presenciais em razão do coronavírus. Inicialmente, o semestre continuaria vigente por meio remoto com interrupção apenas das aulas presenciais. Contudo, neste momento inicial, a universidade não ofereceu subsídio para os estudantes que não tinham acesso à internet ou equipamento necessário para acompanhamento das aulas remotas, além de não oferecer alimentação para os alunos que dependiam da oferta do restaurante universitário para se alimentar, já que este também suspendeu suas atividades presenciais. Em razão destes fatores, o semestre foi suspenso e foi feito um novo calendário acadêmico, o qual foi retomado na modalidade remota no dia 17 de agosto de 2020.

Para que fosse possível o ingresso de todos os alunos na modalidade remota, foi oferecido um auxílio inclusão digital, que contemplou garantia de acesso à internet, oferta de equipamento ou auxílio em pecúnia (ou seja, em dinheiro) para adquirir equipamentos com notebook. No total, foram feitas 2.745 inscrições de estudantes interessados. Além disso, a Universidade ofereceu aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica o auxílio alimentação emergencial, por meio do qual quem morava na Casa do Estudante Universitario (CEU) receberia marmitas com as refeições, e quem mora em outra localidade, recebeu no formato de pecúnia.

Paralelamente a essas ações, a instituição ofereceu atividades para promoção de saúde e bem-estar durante o isolamento e o distanciamento social, como terapia on-line comunitária para os discentes, bate-papo literário e atividades de técnicas de relaxamento. Ademais, mais um laboratório de informática foi estruturado na CEU, com o objetivo de dar suporte às aulas remotas. Para os editais emergenciais, o investimento total foi de R\$ 2.195.919,00. A resposta da Universidade frente às demandas foi possível por meio do uso de recursos já aprovados para utilização no Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em 2020. O cenário pandêmico e as ações executadas pela Universidade de Brasília para enfrentamento dos seus efeitos sobre a vida dos estudantes refletem a importância da assistência estudantil enquanto ferramenta de acesso a direitos.

Dentre os estudantes, a pandemia impactou particularmente a vida das mulheres, comumente mais afetadas pelas crises, sejam elas econômicas, humanitárias ou sanitárias.

Sendo estas crises estruturais ou conjunturais, as mulheres costumam ser as que sentem mais rápida e profundamente seus efeitos (BARROSO E GAMA, 2020). Em 2020, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) constatou que em crises que provocam perda ou redução de renda, as mulheres estão mais vulneráveis, visto que estas têm taxas de pobreza mais altas, representam maior parte no trabalho informal, além de ter menor acesso aos benefícios previdenciários. Acerca das relações de trabalho no recorte de gênero, Hirata e Kergoat (2007) problematizam que se “constata que a divisão sexual do trabalho amolda as formas do trabalho e do emprego e, reciprocamente, que a flexibilização pode reforçar as formas mais estereotipadas das relações sociais de sexo” (HIRATA E KERGOAT, 2007, p. 600).

Conseqüentemente, as mulheres são mais afetadas pelo desemprego e precarização/flexibilização do trabalho. Em um cenário pandêmico, em que os trabalhadores informais apresentam maior probabilidade de contrair o vírus, as mulheres, sobretudo as mais pobres, possivelmente sofrem maior impacto econômico em decorrência da perda de parte ou da totalidade da renda.

Uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 2022, constatou que a insegurança alimentar no Brasil aumentou significativamente durante a pandemia. Os dados apontaram que, em 2021, 38% da população estava em situação de fome, apresentando um aumento de 6% comparado aos índices de 2019, antes da pandemia. A respeito das mulheres, 47% das pessoas do gênero feminino estavam sofrendo com a fome no mesmo ano, contra 33% de 2019. Em contrapartida, durante a pandemia, a quantidade de indivíduos do gênero masculino em situação de insegurança alimentar diminuiu um ponto percentual em comparação ao ano anterior. Fica evidente que o impacto da fome durante o período pandêmico foi/é sentido mais fortemente por mulheres.

A relação entre insegurança alimentar e as mulheres também é atravessada pela responsabilização destas por “cuidar do próximo”. O documento “COVID-19 na América Latina e no Caribe: como incorporar mulheres e igualdade de gênero na gestão da resposta à crise”, sobre as dimensões de gênero na pandemia, publicado pela ONU Mulheres para Américas e Caribe em 2020, ressalta que

as mulheres continuam sendo as mais afetadas pelo trabalho não-remunerado. Devido à saturação dos sistemas de saúde e ao fechamento das escolas, as

tarefas de cuidado recaem principalmente sobre as mulheres que, em geral, têm a responsabilidade de cuidar de familiares doentes, pessoas idosas e crianças (ONU MULHER, 2020).

A respeito dos trabalhos comumente realizados por mulheres, segundo Haraway (1985, p. 69), o ‘trabalho feminizado’ é uma forma de caracterizar um trabalho vulnerável, “capaz de ser desmontado, remontado, explorado como uma força de trabalho de reserva”, que pode ser realizado tanto por mulheres quanto por homens. A questão não é o sexo de quem o realiza, é a marcação do gênero: o feminino ou feminizado como quase sinônimo de desqualificado, precário.

No Brasil atual, as mulheres permanecem sendo a figura responsável quando se pensa em cuidados da casa e da família, legitimada por uma sociedade patriarcal em que as desigualdades de gênero, as opressões e a discriminação das mulheres são naturalizadas. Mulheres ingressam no mercado de trabalho e são responsáveis pelo sustento da família, mas a sociedade ainda atribui exclusivamente às mulheres a responsabilidade pelas tarefas de cuidado, o que evidencia o conceito histórico de divisão sexual do trabalho. Apesar de serem essenciais para o funcionamento da economia e dos lares, as tarefas de cuidado permanecem desvalorizadas e não reconhecidas como trabalho, dada sua não remuneração.

As mulheres foram/são as mais afetadas pela pandemia, mas já eram muito antes desta nova crise, a qual joga luz para problemas históricos e sociais. Na situação atual, testemunha-se a justaposição entre trabalho doméstico não-remunerado e remunerado, tornando a casa um ambiente ambíguo, que comporta a produção acadêmica, bem como o trabalho doméstico e de cuidados das mulheres estudantes universitárias. Desde o começo de seu caminho como estudantes universitárias, as mulheres cientistas são obrigadas a aprender a negociar. A sociedade enxerga com desconfiança o seu trabalho, muitas vezes desmotivando o trabalho acadêmico por elas desenvolvido. Mulheres sentem-se mais impossibilitadas de encontrar tempo e espaço para pesquisar, estudar e exercer outras atividades.

As conjunturas em que vivem homens e mulheres são construções sobretudo sociais. Para Kergoart (2009, p. 67), “eles formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo”. Estas relações sociais possuem

como base social o trabalho e são historicamente moldadas em cada sociedade. A divisão sexual do trabalho destina aos homens, prioritariamente, a esfera produtiva e às mulheres a esfera reprodutiva, resguardando aos homens atribuições de grande relevância social, como a política e a religião. Sendo assim, é possível compreender que a divisão sexual do trabalho se refere á totalidade do trabalho, que inclui o trabalho profissional e doméstico, formal e informal, remunerado e não-remunerado (HIRATA, 2007).

Esse modelo de divisão sexual do trabalho é composto por dois fundamentos: o de separação, que divide os trabalhos em "de homens" e "de mulheres", e o da hierarquização, em que o trabalho de um homem tem mais valor que o da mulher. Esses princípios são legitimados pela ideologia naturalista que determina o gênero ao sexo biológico, e os papéis sociais ao destino natural da espécie. Por ser uma relação social, a sua construção também é realizada de acordo com a sociedade, portanto a divisão sexual do trabalho não é imutável.

O contexto de reestruturação produtiva, intensificado nos anos 1990, traz profundas transformações no mundo do trabalho, cujos efeitos se fazem sentir de forma desigual no emprego masculino e feminino. Enquanto o emprego masculino regrediu ou estagnou, a participação de mulheres no mercado de trabalho cresceu, tanto em áreas formais quanto informais. Porém, a entrada de mulheres se deu principalmente em empregos precários e vulneráveis. Apesar da maior inserção de mulheres no trabalho remunerado, as desigualdades de salários e condições de trabalho não se modificaram estruturalmente. Além disso, a divisão do trabalho doméstico permaneceu desigual. Hirata (2002) pontua que

Em oposição a essas tendências recentes no trabalho profissional feminino, as mudanças no trabalho doméstico são menores e muito mais lentas. Se o forte desenvolvimento das tecnologias domésticas tendeu a facilitar essas tarefas, a divisão sexual do trabalho doméstico e a atribuição deste último às mulheres, em realidade, continuou intacta. A relação entre o trabalho doméstico e a afetividade parece estar no centro dessa permanência (HIRATA, 2002, p.139).

Portanto, apesar de as mulheres conquistarem o mercado de trabalho, as desigualdades ainda persistem. As expressões dessa desigualdade se manifestam no trabalho remunerado, em que mulheres recebem menores salários em relação aos homens, condições de trabalho mais precárias e maior flexibilização de funções, bem como no trabalho doméstico não remunerado, em que as mulheres trabalham mais em

função da “dupla jornada” entre trabalho formal e trabalho doméstico. Essa configuração de trabalho atravessada pelas desigualdades de gênero também pode ser percebida na ciência.

A constituição da ciência moderna e sua formalização envolveu uma série de normas que afastaram as mulheres, amparada em teorias biomédicas, a partir das quais se afirmava que as diferenças fisiológicas ou anatômicas entre homens e mulheres limitavam o potencial intelectual destas últimas. Além disso, os parâmetros que definem a legitimidade da construção de uma ciência – neutralidade, objetividade, racionalidade e universalidade — foram pensados de acordo com a visão de mundo das pessoas que os criaram, ou seja, os homens (LÖWY, 2009). Nesse sentido, a crítica feminista à ciência tem se ocupado em problematizar o entendimento de que a produção da ciência considerada legítima se dá a partir dos valores associados ao masculino, dos quais as mulheres são consideradas naturalmente desprovidas.

A divisão sexual do trabalho, já tratada anteriormente neste trabalho, persiste no contexto atual, o que significa dizer que a entrada de mulheres na ciência não as desobriga das suas demandas com os cuidados da casa e dos filhos. Sendo assim, a jornada da mulher-mãe-pesquisadora é excessiva.

Através da análise da distribuição de bolsas de pesquisa pelo CNPq, é possível perceber o aumento da inserção feminina no campo científico brasileiro. Em 2002, as mulheres já eram maioria entre os que receberam bolsa de mestrado e Iniciação Científica (52,9% e 55,1%). Referente a bolsas de doutorado, as mulheres receberam quase metade das bolsas (48,4%). De 2013 a 2017, segundo dados do CNPq, Inep e Parent in Science, as mulheres representaram 55% dos bolsistas do CNPq em iniciação científica, 52% das bolsas de mestrado, 50% das bolsas de doutorado, 53% das bolsas de pós-doutorado e 36% de bolsas em produtividade em pesquisa. Os dados mostram que, apesar de as mulheres serem maioria na concessão de bolsas, a participação feminina diminui conforme elas sobem de posição nos níveis acadêmicos.

Na Universidade de Brasília, as mulheres representam 50,9% dos alunos da graduação, 53,3% de pós-graduação e entre os técnicos administrativos 51,2%. A exceção se dá no segmento dos docentes, no qual ocupam 45,2% das vagas efetivas. A pesquisa da UnB, contudo, é liderada por maioria feminina. Do total de 607 grupos de



pesquisa certificados, de várias áreas do conhecimento, 323 são coordenados por mulheres, conforme levantamento do Decanato de Pesquisa e Inovação (DPI). Ainda há espaços a serem ocupados, principalmente em funções de direção e gestão. Dados de 2020 do Decanato de Gestão de Pessoas (DGP) mostram que as mulheres estão com 46,9% das funções gratificadas e cargos comissionados disponíveis na Universidade.

É possível compreender que a desigualdade de gênero presente no capitalismo, sustentada estruturalmente pelo patriarcado, afeta a vida das mulheres em diversas esferas. A mulher foi inserida no mercado do trabalho, em universidades e espaços científicos como sujeito possuidor de conhecimento, contudo permanece a concepção das tarefas de cuidado e da responsabilidade acerca das crianças como incumbência exclusiva da mulher. É incontestável que a participação feminina na ciência aumentou substancialmente no decorrer dos anos no Brasil. Entretanto, as mulheres permanecem ocupando menos espaços de liderança em relação aos homens.

Diante desta conjuntura, o primeiro aspecto a se observar diz respeito ao perfil socioeconômico das estudantes participantes da pesquisa na fase de aplicação do questionário on-line. Em relação ao nível de formação e o vínculo com a Universidade de Brasília, 93,5% das participantes da pesquisa são estudantes de graduação. Em relação à raça/etnia, 37,8% se autodeclararam pardas, 2,2% amarela, 15,6% preta e 44,4% branca. A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), realizada em 2021 pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), identificou que a população urbana do Distrito Federal era de 3.010.881 pessoas, sendo 52,2% do sexo feminino. No que diz respeito à raça, 46,2% se identificam como pardos, 40,9% como brancos, 11,1% como pretos, 1,4% como amarela e 0,3% como indígena. Em outra pesquisa realizada pela mesma instituição, foi identificado que 52,2% dessas mulheres são negras e apenas 12,9% destas possuem nível superior completo. Em resposta à pergunta “Na sua opinião, quais são os principais desafios de ser mulher na academia?”, uma das respondentes do questionário pontuou a questão racial:

Um dos maiores desafios de ser uma mulher na academia, da Universidade de Brasília, é o não pertencimento. Enquanto mulher negra, encontro poucas mulheres semelhantes a mim e tenho dificuldade de me encaixar e me enxergar no que estudo. Não vejo as mulheres negras inseridas nas bibliografias das disciplinas, tampouco no corpo docente. (Aluna B)

Na Universidade de Brasília, as mulheres negras representam cerca de apenas

(7%) do quadro docente total da Universidade. As mulheres negras enquanto docentes no ensino superior enfrentam dificuldades estruturais em virtude do racismo, admitindo que estas se relacionam não apenas em detrimento de questões raciais, mas também ao machismo/sexismo internalizado pela instituição. Euclides (2017, p.22) aponta que “Por conseguinte, o ensino superior, não mudará esta lógica. Este espaço, por excelência do saber e formação para o mundo do trabalho, ainda é o lugar onde impera a cultura hegemônica, eurocêntrica e segregacionista”.

Referente à maternidade, 86,7% afirmam não ter filhos, e 13,3% possuem filhos. A maioria possui apenas um filho. Acerca da maternidade, a legislação no Brasil que ampara a estudante gestante é a Lei Federal de nº.6 202, de 17 de abril de 1975, que propicia o afastamento na fase de gravidez, regulamenta o regime de exercícios domiciliares já instituído pelo Decreto nº.1.044, de 21 de outubro de 1969. A lei dispõe que a partir do oitavo mês de gestação e durante três meses após o parto, prazo que também pode ser estendido com atestado médico, a estudante em estado de gravidez e puerpério poderá ser assistida pelo regime de exercícios domiciliares, podendo assistir aulas, realizar avaliações e cumprir com qualquer atividade acadêmica em sua própria casa, com a tutoria de um profissional da sua instituição de ensino (BRASIL, 1975). Apesar da existência de uma legislação específica, muitas Instituições de Ensino Superior (IES) no país ainda não a cumprem. A correlação entre a evasão de discentes no ensino superior e a maternidade é atravessada por problemáticas que dificultam a permanência dessas mulheres neste espaço, como a falta de uma assistência institucional para este grupo.

Como mãe, percebo a falta de apoio às mulheres mães na UnB. O acesso ao auxílio creche é extremamente difícil, aliás percebo essa dificuldade para entrada em qualquer benefício ofertado da assistência. O valor do auxílio é muito baixo, porque aqui em Brasília é tudo muito caro, as mensalidades das creches são muito maiores do que o auxílio, sabe? E assim, quando a gente não tem opção e leva pra UnB a criança, dá pra perceber que os professores não gostam. É muito difícil continuar frequentando as aulas depois da maternidade, a impressão é que a instituição não quer e não pode lidar com crianças. (Aluna A)

No contexto pandêmico, as dificuldades e os desafios sobrepostos às mães universitárias foram ampliados. Em 2020, foi publicado um ebook intitulado "Maternidades plurais: Os diferentes relatos, aventuras e oceanos das mães cientistas na pandemia", organizado pelas cientistas Ana Carolina Eiras Coelho Soares, Camilla de

Almeida Santos Cidade e Vanessa Clemente Cardoso. O livro é composto por relatos de 150 mães cientistas que descrevem suas experiências e impressões a respeito dos desafios de conciliar as atividades científicas e a maternidade durante a pandemia. Neste, a doutoranda Aline Rafaela de Almeida relata:

Mas com trabalho remoto, criança de quatro anos de idade fechada em apartamento, parquinho e parques fechados, impossibilidade de poder ficar com a avó, grupo de risco; restou eu (a mãe), no último ano do doutorado, com orientador em reabilitação após cirurgia, para dar conta da pós-graduação, do trabalho remoto, que sufoca muito mais do que o presencial, porque a demanda nem é mais por horário de trabalho, mas por trabalho que precisa ser realizado independente do que está posto, do trabalho doméstico, da compra de mercado que precisa render mais de semana para não ficar saindo de casa toda hora, da organização da rotina da criança, da atenção a vó que está longe e do marido (ALMEIDA, 2017, p. 75).

No pequeno trecho explanado, é possível perceber a sobrecarga experienciada por uma mãe estudante durante a pandemia. As responsabilidades atribuídas às mulheres, como o trabalho doméstico e o cuidado com a criança, somadas às novas dinâmicas de trabalho e vida social resultantes da pandemia, tem como consequência o esgotamento e o cansaço de mulheres universitárias e cientistas.

Outros dados relativos ao perfil das respondentes revelaram que a maioria possui entre 16 e 21 anos (35,6%) e entre 22 e 27 anos (55,6%); 51,1% não estão em um relacionamento conjugal, e 48,9% afirmam estar, dentre os quais 58,3% não moram com o/a companheiro/a, e 41,7% afirmam morar.

58,7% das mulheres afirmaram estar realizando trabalho remunerado naquele momento. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, referente ao primeiro trimestre de 2022, apontou que as mulheres são maioria na população em idade de trabalhar, representando 51,7%. Entretanto, entre as pessoas ocupadas estas representam 42,4%. Apesar de as mulheres estarem ocupando cada vez mais o mercado de trabalho, o desemprego feminino é uma problemática para além da “falta de trabalho”. O trabalho frequentemente realizado e associado às mulheres, muitas vezes, é mal remunerado, o que demonstra que, mesmo no mundo do trabalho formal e remunerado, os efeitos da divisão sexual do trabalho se fazem presentes (ROGERAT, 2009). Em relação à natureza do seu vínculo empregatício, 51,9% informaram possuir vínculo de trabalho formal, 25,9% vínculo de trabalho informal, 14,8% estavam realizando estágio remunerado.

A respeito da descrição das atividades laborais desde o início da pandemia, 15,9% afirmaram que permaneceram trabalhando presencialmente desde o começo da pandemia até os dias atuais, ao passo que 18,2% informaram que tive[ram] a opção de trabalhar em home office no início da pandemia, mas já retornei o trabalho presencial, e 9,1% tive[ram] a opção de trabalhar home office no início da pandemia e permaneço até os dias atuais. 29,5% apontaram que não exerceram atividade remunerada desde o início da pandemia até os dias atuais, 18,2% que exerceram atividade remunerada no início da pandemia, mas atualmente não estavam desempenhando atividade remunerada, e 9,2% não exerciam atividade remunerada no início da pandemia, mas atualmente sim.

As respostas expõem as diversas realidades de trabalho remunerado durante a pandemia. As consequências da pandemia no mundo do trabalho foram diversas, e uma delas foi a adesão ao trabalho remoto, conhecido como “home office”. Essa estratégia foi adotada por 46% das empresas brasileiras (Agência Brasil, 2020). As mulheres são as mais prejudicadas no que se referem aos efeitos produzidos pela adesão ao home office, sendo um deles o conflito trabalho-família, visto que, historicamente, é atribuído às mulheres a maior responsabilidade com a casa e os filhos.

Quando questionadas sobre como foi a rotina de trabalho durante este período, a Entrevistada A afirmou que foi,

Complicada. Em casa a gente tem muita distração, e eu nunca tinha trabalhado assim, em home office. Demorou muito tempo pra eu conseguir me organizar, mas ainda sim foi muito difícil trabalhar “tendo” criança em casa. Sem contar que o trabalho dobrou, e como estava em casa o serviço nunca tinha hora pra acabar. A madrugada era minha melhor amiga, era a hora que conseguia focar sem distração. (Aluna A)

Neste sentido, é possível compreender que as formas de opressões de gênero são diversas, inclusive no mundo do trabalho remunerado. A divisão sexual do trabalho legitima a atribuição dos trabalhos de cuidado à mulher, o que contribui para a sobrecarga das mulheres ao lidar com o conflito trabalho-família. Ademais, a diferença salarial também é validada neste contexto, em virtude de o salário da mulher ser visto como complementar ao do homem. Ao serem questionadas se durante a pandemia foram realizadas tarefas de cuidado de alguém dentro de casa, 54,3% revelaram que sim, e 45,7% que não. Na pandemia de COVID-19, as ações de manutenção da vida (lavar, passar, cuidado com crianças e idosos) foram ampliadas, intensificadas pelo isolamento social e

permanência dos membros da família em casa e pelas novas funções de cuidado e limpeza impostas pela pandemia como a higienização constante dos ambientes, alimentos e pessoas.

A maioria respondeu "sim" (87%) quando questionadas sobre o fato de ter seu desempenho acadêmico afetado pela realização de mais trabalhos domésticos e de cuidado durante a pandemia. Fica evidente que a divisão sexual do trabalho permanece atribuindo às mulheres a maior parte do trabalho doméstico e de cuidado, e que na pandemia a desigualdade na realização destas foi ainda mais evidente.

60,9% das participantes da pesquisa informaram que dedicaram menos tempo na realização das atividades acadêmicas durante a pandemia, em contrapartida aos 26,3% que afirmaram ter dedicado mais tempo, e 10,9% que dedicaram o mesmo o tempo. 76,1% responderam que o trabalho doméstico desempenhado em casa durante a pandemia influenciou seu desempenho acadêmico. Depreende-se, portanto, que ao passar mais tempo desempenhando tarefas domésticas, o tempo para realização de atividades acadêmicas diminui, como e possível constatar na fala a seguir:

Com certeza, inclusive [...] várias situações, né? Assistir aula online fazendo alguma atividade doméstica foi o que mais ocorreu. Estar sempre adiantando uma atividade doméstica enquanto assistia aula. O desempenho não tem como ser igual, porque você tá com o computador ligado, mas sua atenção não está 100% voltada pra aquele local, você tá sempre fazendo alguma outra coisa.  
(Aluna B)

Sobre a dificuldade de desempenhar atividades acadêmicas em casa, 84,8% responderam que possuía dificuldade e 15,2% que não. 93,5% responderam sim para o fato de se sentirem mais cansadas e sobrecarregadas durante a pandemia e a realização da modalidade remota. Na pequena amostra de estudantes da UnB participantes da pesquisa, é possível visualizar como opera a relação entre o trabalho doméstico desempenhado na pandemia e o desempenho das estudantes nas atividades acadêmicas. É possível identificar que o espaço "casa", para muitas, representa um local de trabalho constante, em que não existe tempo privado para dedicação aos estudos, e que a maioria se sentiu sobrecarregada e cansada durante a pandemia e o tempo passado neste ambiente. Dentre essas estudantes, nas entrevistas realizadas, observa-se que existe maior dificuldade e sobrecarga quando são mães, visto que a dedicação a um filho requer maior dispêndio de tempo e cuidado.

Quando questionadas se consideravam que o ensino remoto havia afetado seu desempenho acadêmico, 95,7% afirmaram que sim. Uma das participantes fez questão, inclusive, de destacar que "não afetou apenas o desempenho, mas afetou a minha saúde, tive burnout". Os resultados da pesquisa realizada evidenciam o impacto da pandemia no desempenho acadêmico das mulheres discentes na Universidade de Brasília. O contexto pandêmico evidenciou e potencializou desigualdades de gênero estruturais de uma sociedade patriarcal, bem como jogou luz sobre o fato de que a divisão sexual do trabalho sobrecarrega e, ao mesmo tempo, exclui as mulheres.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como finalidade analisar de que forma a vida das estudantes da UnB foram impactadas em decorrência da pandemia. Nesse sentido, efetuar essa análise foi fundamental para compreender como o Estado e a UnB se situaram neste contexto, haja vista que atuam na garantia de direitos, principalmente em um cenário pandêmico. As políticas públicas de assistência foram insuficientes, e em sua maioria não consideraram as particularidades imbricadas em ser uma mulher estudante. Destaca-se, ainda, que esse processo tem sua gênese no patriarcado, engendrado na manutenção de um sistema capitalista, que exerce influência nas relações sociais, além de influenciar nas relações trabalhistas.

Assim, é compreendido que apesar de todas as conquistas da luta feminista em relação à divisão sexual do trabalho, reconhecimento da economia do cuidado, e inserção das mulheres na ciência, ainda há muito a ser conquistado e reconfigurado. Kergoat (2009) aponta para a divisão social do trabalho, considerando a totalidade do social e suas transformações. No Brasil, o que se percebe é que na pandemia as relações de sexo e sociais foram evidenciadas em sua estrutura desigual, em que a mulher foi a maior prejudicada nesta crise sanitária, social e política.

## REFERÊNCIAS

BARROSO, Hayeska Costa; GAMA, Mariah Sá Barreto. A crise tem rosto de mulher: como as desigualdades de gênero particularizam os efeitos da pandemia do COVID-19 para as mulheres no Brasil. *Revista do CEAM*, v. 6, n. 1, p. 84-94, 2020.

\_\_\_\_\_. Os impactos da pandemia de COVID-19 na vida das mulheres docentes do

Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. **Revista Gênero**. V. 23, n. 1, 2022, p. 78-97.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho; CIDADE, Camilla de Almeida Santos; CARDOSO, Vanessa Clemente. **Maternidades plurais**: os diferentes relatos, aventuras e oceanos das mães cientistas na pandemia, Belford Roxo: Bindi Acadêmico, 2020, 824 p.

Boletim Informativo PNAD Contínua, 2022. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=72421>

Boletim Informativo PDAD, 2021. Disponível em:

<https://www.codeplan.df.gov.br/pdad-2021-3/>

BRASIL. Lei nº.6.202, de 17 de abril de 1975. Atribui a estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares: instituído pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 1969.

CASTELLO, G; VIEIRA, P; PICANÇO, M. COVID-19: Políticas Públicas e as Respostas da Sociedade. Nota Técnica Nº 07. Rede de Pesquisa Solidária. Disponível em:

<https://redepesquisasolidaria.org/boletins/> . Acesso em: 13 set. 2022.

EUCLIDES, M. S. Mulheres negras, doutoras, teóricas e professoras universitárias: desafios e conquistas. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2017.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Insegurança Alimentar no Brasil: Pandemia, Tendências e Comparações Globais. Disponível em: <https://cps.fgv.br/FomeNaPandemia>

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Antropologia do ciborgue**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 37-129.

HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cad. Pagu**. n. 17-18, Campinas, 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2019.

KERGOAT, Danièle; HIRATA, Helena. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

MANCEBO, D. Pandemia e educação superior no Brasil. **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 14, p. e4566131, 2020. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4566> . Acesso em: 2 out. 2022.

MATTA, G.C., REGO, S., SOUTO, E.P., and SEGATA, J., eds. **Os impactos sociais da COVID-19 no Brasil**: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, 221 p.

OECD. Women at the core of the fight against COVID-19 crisis. 2020. Disponível em: [https://read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=127\\_127000-awfnqj80me&title=Women-at-the--core-of-the-fight-against-COVID-19-crisis](https://read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=127_127000-awfnqj80me&title=Women-at-the--core-of-the-fight-against-COVID-19-crisis) . Acesso em: 30 set. 2022.

ONU Mulheres. **Gênero e COVID-19 na América Latina e no Caribe**: dimensões de gênero na resposta. Março/2020.

SCHIEBINGER, L. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho; CIDADE, Camilla de Almeida Santos; CARDOSO, Vanessa Clemente. **Maternidades plurais**: os diferentes relatos, aventuras e oceanos das mães cientistas na pandemia, Belford Roxo: Bindi Acadêmico, 2020, 824 p.